



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Anselmo Silva Monteiro
Catharina Silvestre de Mello
Guilherme José Vidal Evangelista
Stefano Ferrara Freitas

Desafios e perspectivas do acolhimento institucional em São José da Lapa

Belo Horizonte

2019

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma proposta levantada dentro do projeto de imersão do curso de Gestão Pública, na Universidade Federal de Minas Gerais, o qual busca propiciar aos discentes da referida graduação a possibilidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos dentro de sala de aula acerca de questões comumente encontradas nas administrações públicas do país. A ideia se concentra em prestar auxílio a demandas levantadas junto à Prefeituras da Região Metropolitana de Belo Horizonte e construir, em conjunto com essas instâncias, um produto final que vise a melhoria da prestação de serviços.

Dentro dessa seara, nos foi colocado a possibilidade de trabalhar conjuntamente com o município de São José da Lapa, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Social, a qual já desenvolveu projetos em parceria com o curso em semestres anteriores.

São José da Lapa é um dos 34 municípios componentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, emancipada no ano de 1992, com uma área total de 48 km², população aproximada de 23.000 habitantes e conduzida administrativamente pelo Prefeito Diego Álvaro, no mandato 2017/2020.

2. CONHECIMENTO DO PROBLEMA E DEFINIÇÃO DOS PRODUTOS

Como desafio inicial para o desenvolvimento do escopo, tivemos a definição do problema a ser trabalhado em busca de soluções, questão que envolveu reunião presencial entre os alunos participantes, funcionários da referida Secretaria e a mediação dos professores responsáveis, sendo posteriormente efetuado o contato a distância, bem como o agendamento de duas visitas ao município, onde conhecemos o problema *in loco* e também conversamos com outros atores envolvidos na temática. A definição do problema se deu na questão do acolhimento institucional de menores em instituição conveniada e possíveis derivações conflituosas que possam existir nessa ação.

Ocorre que o município possui convênio com uma entidade que presta esse tipo de serviço da área de assistência social, mas existe uma certa percepção dos gestores públicos envolvidos em relação à eficácia do modelo e possíveis dificuldades enfrentadas no fluxo deste processo como um todo. Há a crença de que possa existir falhas no número de jovens atendidos, no tempo de permanência deles na instituição de acolhimento, no processo de destituição, na questão da adoção e nos demais pontos relacionados à matéria. Dessa forma, o grupo compactuou a entrega inicial de dois produtos, com os quais acreditamos poder incidir positivamente tanto na problemática quanto na possibilidade de provocar algum tipo de mudança benéfica na política pública, quais sejam: a entrega de um edital de chamamento público para contratação de uma nova entidade que possa gerir, em novos parâmetros, a questão do acolhimento institucional no município; e o desenho de um fluxo de processos com vistas a diagnosticar e visualizar eventuais falhas que podem acontecer durante o planejamento da área.

3. A QUESTÃO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Faz-se necessário, preliminarmente, entender como é o desenho da questão do acolhimento institucional no país para que, a partir dessa compreensão, tenhamos capacidade suficiente para propor as mudanças que foram solicitadas. Sendo assim, passamos a entender melhor o contexto na sequência.

O acolhimento é uma política definida em uma série de pontos do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, tal como encontrado nos arts. 86 e 98, bem como nas definições de direito das crianças promulgadas na Constituição Federal. Esta caracterização visa garantir maior segurança à população atingida, dado que, em uma perspectiva histórica, o que se tinha ao longo dos anos no Brasil eram abrigos relegados ao abandono da formação das crianças e adolescentes, sendo agora possível a tutela do Estado por meio de 4 tipos de serviços: abrigos institucionais, casa lar, famílias acolhedoras e repúblicas.

O abrigo deve ter um formato de residência, abrigando, no máximo, 20 pessoas, e estar inserido na comunidade de alguma forma, sem nenhum tipo de indicativo da sua natureza, como placas. A casa lar é uma espécie de acolhimento de, no máximo, 10 pessoas, onde um indivíduo trabalha em uma casa que não é sua como um educador/cuidador. A família acolhedora é um serviço que organiza o recebimento de crianças na casa de famílias previamente cadastradas, sendo recebida uma criança por vez, exceto no caso de irmãos. Já a república é uma moradia fornecida a jovens em processos de desligamento dos serviços de acolhimento em função da maioridade, sem que seja possível o retorno à família de origem.

O acolhimento é apenas um fator dentro de toda a vulnerabilidade que envolve as questões de abandono familiar de menores. Porém, acaba sendo a alternativa mais utilizada para encobrir uma série de outras dificuldades na área social, especialmente quando é potencializada pela judicialização dos casos. O processo de acolhimento possui um caráter predominantemente excepcional e provisório, tendo sempre como preferência e objetivo o retorno à família de origem com as devidas condições corrigidas. É importante ressaltar que, na medida em que este retorno é prolongado, as referências familiares também vão sendo perdidas, o que faz com que todo o objetivo da política seja relegado para uma forma improvisada e pouco eficiente.

A realidade verificada é a de que cabe ao judiciário tomar as medidas protetivas necessárias à criança relegada a uma condição inadequada de vivência. Contudo, dado o cenário de elevada desigualdade social, bem como da inadequação do Estado em prover serviços sociais de assistência, observa-se, por demasiadas vezes, o atropelo do judiciário em determinar a privação do convívio familiar, muitas vezes justificado em escassez de recursos para manutenção da decisão. Entretanto, a literatura afirma que

condições socioeconômicas desfavoráveis não devem ser motivo de acolhimento institucional. Deve-se avaliar os vínculos entre seus membros e, se estes forem satisfatórios, tanto a criança quanto o adolescente devem ser mantidos no contexto familiar, promovendo a inclusão da família em programas de apoio do governo. Estudos apontam que a família neste contexto deve ser vista tanto como origem, quanto como fonte de recursos para a solução da situação

envolvendo seus membros (Lopes e Arpini, 2009; Moreira e Miranda, 2014; Rizzini et al., 2006 apud Hueb, 2016).

Nesse sentido, vale destacar o papel das instâncias judiciais do município de São José da Lapa, seja o da Vara de Infância e Juventude ou o do Ministério Público, na percepção de que a resolução do problema da vulnerabilidade de famílias no território está necessariamente no abrigo indiscriminado de qualquer caso difícil que se enfrente. Seria de melhor proveito que atuassem como uma espécie de moderadores entre os vários atores envolvidos nas políticas e na ajuda para a construção de uma rede de proteção social. Sobre esta rede, não há dúvidas de que seja a melhor forma de condução rumo a uma melhor solução dos problemas.

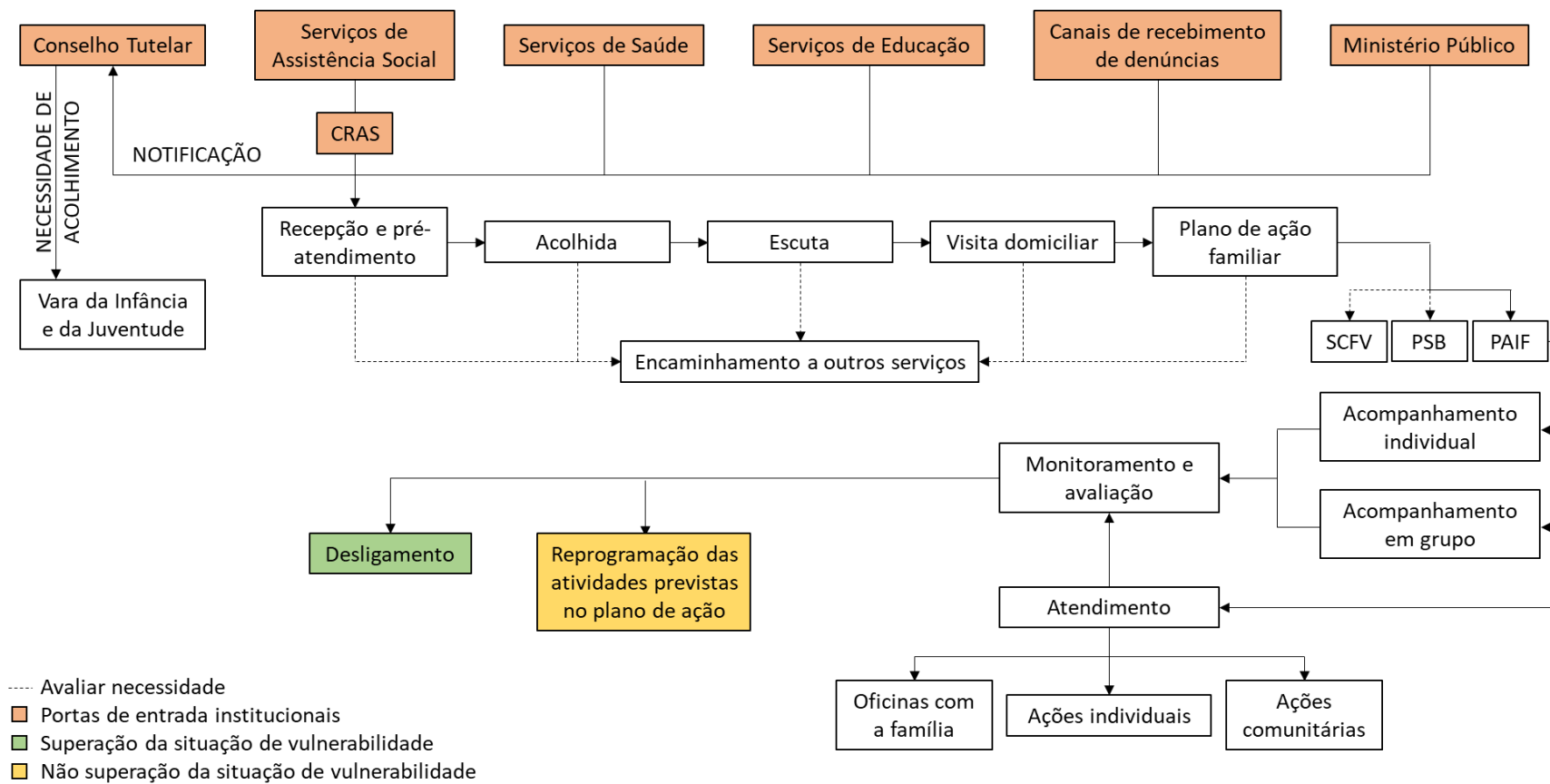
O trabalho em rede intersetorial é de suma importância para se trabalhar as demandas das famílias, perpassando principalmente pelos serviços de saúde e assistência social, na busca ativa de promoção e prevenção, ou seja, devendo ser trabalhados de forma primordial na atenção básica de saúde (Programa Saúde da Família – PSF –, de modo especial), e na proteção social básica (com os Centros de Referências de Assistência Social) quando os vínculos familiares ainda não foram rompidos nem estão fragilizados e nem se instaurou uma situação de violação de direitos, fazendo com que aquilo que é baixa complexidade não se torne alta e configure uma situação ainda mais difícil de superar (Furlan e Sousa, 2014).

Entretanto, a resolução desse problema intersetorial demanda uma série de investimentos em pessoal que a estrutura orçamentária das políticas públicas não suporta, fazendo com que o colapso apareça em outro momento, mais especificamente nas dificuldades de se lidar com o abrigo institucional.

Outro participante deste processo de assistência social e abrigo é o Conselho Tutelar, que, muitas vezes, extrapola sua funcionalidade em razão das dificuldades rotineiras enfrentadas, bem como do jogo político no qual está inserido. Nesse sentido, é importante estabelecer, de forma bem delimitada e literal, as atribuições corretas a serem desempenhadas por este órgão, a fim de que não atue de forma improvisada e acabe prejudicando, ainda que não intencionalmente, o processo do acolhimento como um todo.

4. O FLUXO DE PROCESSOS

FLUXO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE



A proposta do desenho deste fluxo é a melhor percepção e visualização dos diferentes atores envolvidos no processo de acolhimento do município de São José da Lapa; e da forma como eles se relacionam nessa temática. Dentro dessa questão, há todo o desenho da rede intersetorial necessário para o devido sucesso das políticas públicas voltadas para a resolução do problema. Seria, ainda, de igual importância que houvesse um constante monitoramento dos parâmetros estabelecidos e de pontos a serem cumpridos pela instituição que presta o serviço, tais como o número de crianças e adolescentes, o desenvolvimento do Plano Individual de Acolhimento – PIA – e o tempo de permanência dessas crianças e adolescentes dentro da instituição. É importante que seja feito um diagnóstico completo da situação dos abrigados para entender a maneira como se pode atuar perante o problema, seja no conhecimento das razões que fizeram chegar ao acolhimento, características típicas da família ou dados gerais da permanência. Para isso, uma sugestão é estruturar

o desenvolvimento de ações com a criança e com sua família, sendo recomendado acompanhamento sistemático com a família quando esta se encontra com dificuldades no exercício da autoridade parental e na educação de seus filhos. Esse acompanhamento acontece tanto quando a criança ou adolescente ainda estão em seu domicílio, como quando já se encontram em instituições. A referida publicação [*L'accueil de l'enfant et de l'adolescent protégé*] ressalta a importância de a família ser assistida, pois se considera que ela também deve ser alvo de atenção para que possa ser auxiliada a dirimir os problemas que levaram seus filhos a necessitar de proteção administrativa ou judiciária (Souza e Brito, 2015).

5. CONCLUSÃO

Dentro da perspectiva de trabalhar e conhecer a realidade da gestão pública na qual ocorreu a imersão, sem dúvidas nos foi colocado um desafio grande diante do problema a ser tratado e dos produtos a serem entregues à Prefeitura de São José da Lapa. O problema do acolhimento institucional e, conseqüentemente, da assistência e vulnerabilidade social, é de difícil resolução em diferentes partes do país que lidam cotidianamente com este fato. A solução passa por uma série de fatores que precisam funcionar adequadamente e em

conjunto. Há, ainda, uma escassez de políticas de sucesso nas quais podemos nos inspirar para tomar os devidos rumos.

Apesar de tudo, cremos que um caminho já começa a ser estabelecido e que, com o lançamento de um novo edital de chamamento e a apresentação do fluxo de processos, é possível, a partir da confiança que nos foi dada e colocada ao longo deste trabalho, alcançar os resultados pretendidos e entregar os produtos com a satisfação e resultados que São José da Lapa merece. Nesse sentido, o grupo organizou, também, uma palestra, ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo Moreira da Silva, a fim de mostrar ao Secretário de Desenvolvimento Social, aos Conselheiros Tutelares eleitos e aos demais profissionais da área alguns aspectos gerais da política de proteção à criança e ao adolescente, bem como as competências dos envolvidos no acolhimento de crianças e adolescentes e a importância da gestão em rede.

Assim, a perspectiva futura do grupo no que tange à resolução do problema em questão envolve a análise do fluxo de processos, do edital de chamamento público e das questões levantadas no *workshop* para posterior diálogo entre todos os envolvidos com a área socioassistencial de São José da Lapa, a fim de fortalecer a rede da política. Com isso, espera-se que tanto os produtos quanto os aprendizados adquiridos na palestra sirvam de insumos para que esses atores tracem conjuntamente os caminhos de atuação mais viáveis em termos de infraestrutura, de recursos orçamentários e de pessoal, permitindo que os serviços sejam executados com primazia e assegurando os direitos das crianças e dos adolescentes envolvidos nesse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUEB, Martha Franco Diniz. Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 28-38, 2016. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2019.

FURLAN, Vinícius; SOUSA, Telma Regina de Paula. Família, acolhimento institucional e políticas públicas: um estudo de caso. Rev. Psicol. Polít., São Paulo, v. 14, n. 31, p. 499-516, dez. 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2019.

SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira; BRITO, Leila Maria Torraca de. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. Psicol. Clín., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 41-57, jul. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000100041&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2019.